

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

CONCURSO PÚBLICO
Período da Tarde

PROCURADOR MUNICIPAL

Nome:

Assinatura:

Data:

▲ ATENÇÃO!

Leia atentamente as instruções constantes na capa do seu caderno de questões.

- ✓ Este **Caderno de Questões** contém 50 questões de múltipla escolha com apenas uma resposta correta.
- ✓ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala imediatamente. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- ✓ Leia atentamente a questão no caderno, escolha a alternativa que julgar correta e transcreva para o **Cartão de Respostas**.
- ✓ Ao receber o **Cartão de Respostas** você deve:
 - a) conferir seu nome e assinar no espaço reservado com caneta esferográfica azul ou preta;
 - b) ler atentamente as instruções para a marcação das respostas das questões objetivas;
- ✓ Durante a aplicação da prova não será permitido:
 - a) qualquer tipo de comunicação entre os candidatos;
 - b) levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal da sala;
 - c) portar qualquer tipo de aparelhos eletrônicos, bem como qualquer tipo de chapelaria;
- ✓ Não será permitida a troca da folha de resposta por erro do candidato.
- ✓ Para fins de avaliação, serão consideradas apenas as marcações realizadas na folha de resposta;
- ✓ Não será permitida qualquer espécie de consulta.
- ✓ As provas objetivas terão duração de 04h00min, incluídos nesse tempo o preenchimento do **Cartão de Respostas**.
- ✓ O tempo mínimo de permanência na sala é de 60 (sessenta) minutos.
- ✓ Deverão permanecer na sala os 2 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova para assinarem o lacre de fechamento.
- ✓ Ao terminar a sua prova, é de sua responsabilidade entregar ao fiscal o **Cartão de Respostas**, podendo levar consigo o **Caderno de Questões** a partir dos últimos 30 (trinta) minutos do tempo destinado à realização do Exame. Não esqueça seus pertences.
- ✓ Faça a sua prova em silêncio, para que todos façam também.
- ✓ **Os sanitários poderão ser utilizados somente durante o período de realização de sua prova.**
- ✓ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

LÍNGUA PORTUGUESA

01. Observando a concordância dos nomes, em destaque, nas seguintes orações:

I. **Bastantes** situações estão inadequadas neste país.

II. O povo brasileiro anda **meio** desanimados.

Conclui-se que:

- a.() A concordância está correta nos itens I e II.
- b.() A concordância está incorreta nos itens I e II.
- c.() A concordância está correta apenas no item I.
- d.() A concordância está correta apenas no item II.

02. Observando a concordância dos verbos destacados nas seguintes orações:

I. A vida **são** momentos alegres.

II. Tudo **eram** tristezas naquele acidente aéreo em Ourinhos.

Pode-se que:

- a.() A concordância está correta apenas no item I.
- b.() A concordância está correta apenas no item II.
- c.() A concordância está correta nos itens I e II.
- d.() A concordância está incorreta nos itens I e II.

03. A oração destacada no período: “**Caso você não possa me ajudar com a mudança**, avise-me com antecedência”, classifica-se como uma:

- a.() Oração subordinada adverbial concessiva
- b.() Oração subordinada adverbial causal
- c.() Oração subordinada adverbial consecutiva
- d.() Oração subordinada adverbial condicional

04. Indique o sentido da relação estabelecida pela preposição em destaque, no período: “Prometo que agirei **com** discrição nesta situação difícil”:

- a.() Meio
- b.() Modo
- c.() Assunto
- d.() Causa

05. Indique a classificação do pronome destacado na oração: “Evita ser grosseiro em **tuas** palavras”:

- a.() Pronome demonstrativo
- b.() Pronome relativo
- c.() Pronome possessivo
- d.() Pronome indefinido

06. “**Construíste** ilusões nessa tua relação amorosa”. O verbo destacado classifica-se em tempo e modo do:

- a.() Pretérito imperfeito do indicativo
- b.() Pretérito perfeito do indicativo
- c.() Pretérito mais que perfeito do indicativo
- d.() Presente do indicativo

07. O termo destacado na oração: “Este mês não consegui pagar **minhas dívidas**”. O termo em destaque classifica-se sintaticamente como:

- a.() Adjunto adnominal
- b.() Complemento nominal
- c.() Objeto indireto
- d.() Objeto direto

08. “**Falta-me** palavras neste momento triste”. Indique a transitividade do verbo destacado na oração:

- a.() Verbo intransitivo
- b.() Verbo transitivo direto
- c.() Verbo transitivo direto e indireto
- d.() Verbo transitivo indireto

09. “Ocorreu-me uma leve tontura durante a prova”. Indique a classificação do sujeito na oração:

- a.() Sujeito simples
- b.() Sujeito composto
- c.() Sujeito indeterminado
- d.() Sujeito inexistente

10. Observe o processo de formação das palavras nos itens:

I. **Perímetro** = derivação prefixal

II. **Idealismo** = derivação sufixal

Pode-se afirmar que:

- a.() O processo de formação está incorreto nos itens I e II.
- b.() O processo de formação está correto nos itens I e II.
- c.() O processo de formação está correto apenas no item I.
- d.() O processo de formação está correto apenas no item II.

CONHECIMENTOS EM INFORMÁTICA

11. Indique a importância de realizar backups regulares para a restauração de documentos e sistemas:

- a.() Backups otimizam o desempenho do sistema operacional, aumentando a velocidade de processamento dos arquivos de rede.
- b.() Backups eliminam a necessidade de atualizações periódicas de software, garantindo a estabilidade dos sistemas legados.
- c.() Backups duplicam automaticamente a memória RAM do dispositivo, assegurando a execução contínua de aplicativos.
- d.() Backups fornecem cópias de segurança dos dados, possibilitando a restauração em casos de perda, corrupção de arquivos ou incidentes de segurança como ataques de malware.

12. Dos navegadores de internet, o Microsoft Edge:
- a.() Se destaca por sua filosofia de código aberto e comunidade ativa, priorizando a personalização e segurança.
 - b.() É reconhecido pela sua forte integração com serviços do Google e sincronização de dados via Conta Google.
 - c.() Prioriza a otimização de desempenho em dispositivos da Apple.
 - d.() É baseado no Chromium, focado em compatibilidade com ambientes corporativos.

13. No Microsoft Word 365, a funcionalidade de _____ possibilita a edição colaborativa de documentos, diferenciando-se das formas tradicionais de colaboração por implementar um modelo de edição simultânea e síncrona, no qual múltiplos autores podem trabalhar no mesmo documento ao mesmo tempo, com as alterações de cada usuário sendo refletidas instantaneamente para todos os colaboradores conectados.

Assinale a alternativa que preenche, corretamente, a lacuna do texto:

- a.() compartilhamento em nuvem.
 - b.() sincronização colaborativa.
 - c.() coautoria em tempo real.
 - d.() revisão dinâmica.
14. O uso de HTTPS para upload e download inclui camada de criptografia que:
- a.() reduz o risco de interceptações e viabiliza autenticação de servidor.
 - b.() compacta os arquivos transmitidos e aumenta a velocidade de transferência.
 - c.() bloqueia o acesso a sites maliciosos e impede o download de malware.
 - d.() armazena os dados em cache no navegador e acelera o carregamento das páginas.

15. Ao utilizar o recurso "_____" no Word 2020, pode-se aplicar rapidamente um estilo visual consistente em todo o documento.

Assinale a alternativa que preenche, corretamente, a lacuna:

- a.() Estilos Rápidos.
- b.() Layout Automático.
- c.() Design de Página.
- d.() Formatação Condicional.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

16. Leia:

O CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, ao instituir o Código de Ética e Disciplina, norteou-se por princípios que formam a consciência profissional do advogado e representam imperativos de sua conduta, os quais se traduzem nos seguintes mandamentos: lutar sem receio pelo primado da Justiça; pugnar pelo cumprimento da Constituição e pelo respeito à Lei, fazendo com que o ordenamento jurídico seja interpretado com (I) _____ a que se dirige e as exigências do bem comum; ser fiel à verdade para poder servir à Justiça como um de seus (II) _____; proceder com lealdade e boa-fé em suas relações profissionais e em todos os atos do seu ofício; empenhar-se na defesa das causas confiadas ao seu patrocínio, dando ao constituinte o amparo do Direito, e proporcionando-lhe a (III) _____; comportar-se, nesse mister, com independência e altivez, defendendo com o mesmo denodo humildes e poderosos; exercer a advocacia com o indispensável senso profissional, mas também com desprendimento, jamais permitindo que o anseio de ganho material sobreleve a finalidade social do seu trabalho; aprimorar-se no culto dos princípios éticos e no (IV) _____, de modo a tornar-se merecedor da confiança do cliente e da sociedade como um todo, pelos atributos intelectuais e pela (V) _____; agir, em suma, com a dignidade e a correção dos profissionais que honram e engrandecem a sua classe.

Em: <https://www.oab.org.br/publicacoes/AbriuPDF?LivroId=0000004085>

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do texto do Código de Ética e Disciplina da OAB:

- a.() rigor técnico, em harmonia com os princípios legais. (II) operadores jurídicos. (III) proteção ampla de seus interesses legítimos; (IV) atualização legislativa constante. (V) idoneidade moral.
- b.() fidelidade, em consonância com os objetivos sociais. (II) instrumentos básicos. (III) defesa absoluta de suas pretensões; (IV) domínio das práticas forenses. (V) reputação ilibada.
- c.() equidade, em sintonia com a justiça social. (II) agentes fundamentais. (III) promoção prioritária de seus direitos; (IV) excelência na prática jurídica. (V) integridade pessoal.
- d.() retidão, em perfeita sintonia com os fins sociais. (II) elementos essenciais. (III) realização prática de seus legítimos interesses; (IV) domínio da ciência jurídica. (V) probidade pessoal.

17. Sobre os deveres do Advogado, pautados no Código de Ética e Disciplina da OAB, considere o incorreto:
- a.() estimular, a qualquer tempo, a conciliação e a mediação entre os litigantes, prevenindo, sempre que possível, a instauração de litígios.
 - b.() aconselhar lides temerárias, a partir de um juízo preliminar de viabilidade jurídica.
 - c.() atuar com destemor, independência, honestidade, decoro, veracidade, lealdade, dignidade e boa-fé.
 - d.() preservar, em sua conduta, a honra, a nobreza e a dignidade da profissão, zelando pelo caráter de essencialidade e indispensabilidade da advocacia.
18. A hermenêutica constitucional defende que as normas presentes na Constituição possuem características que as diferenciam da legislação infraconstitucional. O **caráter inaugural** é conceituado como:
- a.() Manifestação do poder constituinte originário.
 - b.() Fundamento de validade das leis infraconstitucionais.
 - c.() Ausência de hierarquia entre as normas constitucionais.
 - d.() Elevado teor político.
19. Com base nos ensinamentos de Canotilho e de Honrad Hesse, pode-se elencar os alguns princípios da hermenêutica constitucional. Considere a alternativa que discorre sobre o **princípio da justeza**:
- a.() a constituição é um elemento de integração entre Estado e sociedade, portanto, deve ser privilegiada a interpretação que produza que reforce o sentimento de unidade política e social.
 - b.() se uma norma constitucional permitir mais de uma interpretação, deverá ser privilegiado o sentido que garantir maior eficácia para a norma constitucional no caso concreto.
 - c.() a interpretação da norma constitucional não pode chegar a um resultado que subverta ou perturbe o esquema organizatório-funcional constitucionalmente estabelecido.
 - d.() recomendação para que o aplicador das normas constitucionais, numa situação de concorrência entre bens constitucionalmente protegidos, adote a solução que otimize a realização de todos eles, a evitando o sacrifício total de uns em relação aos outros, já que não há hierarquia entre as normas constitucionais.
20. Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por "*habeas-corpus*" ou "*habeas-data*", quando:
- a.() o titular do direito pleiteado exercer função pública sem vínculo com o Poder Público ou com entidade delegatária.
 - b.() a ilegalidade for cometida por entidade privada sem qualquer delegação de poder estatal ou função pública.
 - c.() o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.
 - d.() o responsável pela prática de ato jurídico regular for pessoa física em atividades estritamente privadas.
21. Sobre os direitos sociais, o parágrafo único, do Art. 6º da Constituição Federal, aponta que todo brasileiro em situação de vulnerabilidade social terá direito a uma renda básica familiar, garantida pelo poder público em:
- a.() programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei, observada a legislação fiscal e orçamentária.
 - b.() benefício assistencial temporário, condicionado à contribuição prévia ao sistema de seguridade social, respeitadas as disposições da lei de responsabilidade fiscal.
 - c.() auxílio financeiro complementar, cuja implementação dependerá de lei específica e da disponibilidade orçamentária de cada ente federativo, observada a progressividade na concessão.
 - d.() programa de assistência social integrado, mediante contrapartidas estabelecidas em regulamento, consideradas as peculiaridades regionais e a capacidade contributiva do beneficiário.
22. A Constituição Federal aponta em seu Art. 14, que a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:
- a.() plebiscito; referendo; iniciativa popular.
 - b.() consulta pública; audiência legislativa; revisão constitucional.
 - c.() votação indireta; plebiscito restrito; proposta parlamentar.
 - d.() referendo setorial; iniciativa do Poder Executivo; audiência pública.
23. O Art. 37 da Constituição Federal destaca, inciso XVI, que é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI:
- a.() a de dois cargos técnicos administrativos; a de um cargo público com uma função de confiança; a de dois cargos privativos de servidores da administração direta.
 - b.() a de dois cargos eletivos; a de um cargo de agente político com um cargo técnico; a de dois empregos em empresas públicas não cumulativas.

- c.() a de dois cargos de direção administrativa; a de um cargo efetivo com uma função comissionada; a de dois empregos de livre nomeação e exoneração.
- d.() a de dois cargos de professor; a de um cargo de professor com outro técnico ou científico; a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

- 24.** De acordo com a Constituição Federal, Art. 37 § 8º, a autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta poderá ser ampliada mediante contrato, a ser firmado entre seus administradores e o poder público, que tenha por objeto: a fixação de metas de desempenho para o órgão ou entidade, cabendo à lei dispor sobre:
- a.() a periodicidade das avaliações de resultado; os mecanismos de responsabilização administrativa; as formas de participação dos usuários na gestão; os limites orçamentários aplicáveis.
- b.() o prazo de duração do contrato; os controles e critérios de avaliação de desempenho, direitos, obrigações e responsabilidade dos dirigentes; a remuneração do pessoal.
- c.() as condições para rescisão antecipada; os parâmetros de eficiência operacional; as prerrogativas concedidas aos gestores; os sistemas de incentivo funcional.
- d.() as modalidades de prestação de contas; as metas específicas de produtividade; as sanções aplicáveis em caso de descumprimento; os critérios para renovação automática.

- 25.** O Art. 5º, CF/88, aponta que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:
- a.() No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, mediante prévia autorização judicial e indenização antecipada, independentemente da ocorrência de dano.
- b.() No caso de iminente perigo público, qualquer cidadão poderá requisitar o uso de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, conforme valor estabelecido pelo Conselho Nacional de Justiça.
- c.() No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.
- d.() No caso de iminente perigo público, a autoridade competente deverá obter a concordância expressa do proprietário para uso de propriedade particular, sendo absolutamente vedada a indenização com recursos públicos.

- 26.** Com base no direito administrativo, sabe-se que a Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência. Nos processos administrativos serão observados, entre outros, os critérios de:

- a.() Atendimento a interesses individuais específicos, autorizada a delegação irrestrita de competências por ato administrativo discricionário.
- b.() Atendimento a fins de conveniência administrativa interna, admitida a renúncia parcial de poderes sem necessidade de previsão legal.
- c.() Atendimento a objetivos de eficiência privada, com liberdade para a transferência de competências entre órgãos sem formalização legal.
- d.() Atendimento a fins de interesse geral, vedada a renúncia total ou parcial de poderes ou competências, salvo autorização em lei.

- 27.** De acordo com a Lei 14133/2021:

I - ____: forma de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro de contrato utilizada para serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, por meio da análise da variação dos custos contratuais, devendo estar prevista no edital com data vinculada à apresentação das propostas, para os custos decorrentes do mercado, e com data vinculada ao acordo, à convenção coletiva ou ao dissídio coletivo ao qual o orçamento esteja vinculado, para os custos decorrentes da mão de obra.

II - ____: forma de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro de contrato consistente na aplicação do índice de correção monetária previsto no contrato, que deve retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais.

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas dos itens:

- a.() Repactuação / Reajustamento em sentido estrito.
- b.() Reajustamento em sentido estrito / Repactuação.
- c.() Reequilíbrio contratual / Compensação financeira.
- d.() Revisão / Atualização monetária.

- 28.** A Lei 13019/2014 estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante:

- a.() a realização de atividades eventuais ou programas isolados fixados em protocolos de intenção, termos de ajuste ou convênios simplificados.
- b.() a promoção de iniciativas privadas ou projetos empresariais regulamentados por acordos de parceria, contratos administrativos ou instrumentos de cooperação técnico-comercial.
- c.() a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação.
- d.() a execução de programas contínuos ou de ações eventuais definidos em contratos de gestão, convênios administrativos ou ajustes operacionais.

29. De acordo com o Código Civil, Art. 140, o falso motivo só vicia a declaração de vontade quando:

- a.() resultar em prejuízo material comprovado.
- b.() expresso como razão determinante.
- c.() oculto intencionalmente pelo declarante.
- d.() conhecido por ambas as partes contratantes.

30. O Código Civil aponta:

*Art. 2.038. Fica proibida a constituição de **enfiteuses** e subenfiteuses, subordinando-se as existentes, até sua extinção, às disposições do Código Civil anterior, Lei nº 3.071, de 1 de janeiro de 1916, e leis posteriores.*

À Luz do Direito Civil, **enfiteuse** é o conceito para:

- a.() Constituía um contrato de cessão temporária de uso, pelo qual o possuidor de um bem móvel (denominado enfiteuta) concedia a terceiro (chamado subenfiteuta) o direito de exploração econômica mediante pagamento de pensão anual.
- b.() Representava uma modalidade de direito de superfície, de natureza transitória, em que o detentor de terreno público (conhecido como foreiro) edificava construção de interesse social, revertendo ao Estado após prazo determinado.
- c.() Tratava-se de instituto de servidão predial, pelo qual o proprietário de imóvel dominante (chamado enfiteuta) adquiria o direito de passagem sobre imóvel serviente mediante pagamento de foro anual ao proprietário (denominado senhorio).
- d.() Era um direito real sobre coisa alheia, de caráter perpétuo, pelo qual o proprietário de um imóvel (chamado senhorio direto) transferia o domínio útil desse bem a outra pessoa (chamada enfiteuta ou foreiro).

31. Dos Vícios Redibitórios, o Código Civil (Art.444) discorre que a responsabilidade do alienante subsiste ainda que a coisa pereça em poder do alienatário, se perecer por:

- a.() vício oculto, já existente ao tempo da tradição.
- b.() defeito superveniente, surgido após a efetivação da tradição.

- c.() ato de terceiro estranho à relação contratual, ocorrido posteriormente à entrega.
- d.() vício aparente, identificado no momento da assinatura do contrato.

32. De acordo com o Código do Processo Civil, Art. 240, a citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz _____, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).

Assinale a alternativa que preenche, corretamente, a lacuna do texto:

- a.() litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor.
- b.() interrupção da prescrição, suspende o processo e impede a reconvenção.
- c.() preclusão temporal, afasta a competência originária e inviabiliza a denunciação da lide.
- d.() conexão processual, estabelece a prevenção do juízo e invalida as provas pré-constituídas.

33. De acordo com a CLT, caso o trabalhador tenha tido 21 faltas injustificadas durante o ano, ele perderá:

- a.() 9 dias de férias.
- b.() 6 dias de férias.
- c.() 12 dias de férias.
- d.() 18 dias de férias.

34. De acordo com a CLT, Art. 484, havendo culpa recíproca no ato que determinou a rescisão do contrato de trabalho, o tribunal de trabalho:

- a.() determinará o pagamento integral da indenização devida, sem qualquer redução, ainda que reconhecida a culpa recíproca.
- b.() reduzirá a indenização à que seria devida em caso de culpa exclusiva do empregador, por metade.
- c.() extinguirá a obrigação de indenizar, considerando compensadas as faltas praticadas pelas partes.
- d.() majorará a indenização prevista, aplicando multa equivalente ao dobro do valor estipulado para a culpa exclusiva do empregador.

35. O Código do Processo Civil aponta, em seu Art. 256, que a citação por edital será feita:

- a.() após três tentativas frustradas de citação no endereço conhecido; quando o valor da causa for inferior a 60 salários mínimos; nas ações possessórias com pluralidade de réus.
- b.() quando expressamente requerida pelo autor na petição inicial; depois de esgotadas as tentativas de citação por meio eletrônico; nas ações que versem sobre direitos indisponíveis.

- c.() quando desconhecido ou incerto o citando; quando ignorado, incerto ou inacessível o lugar em que se encontrar o citando; nos casos expressos em lei.
- d.() quando o réu se ocultar para não receber a citação pessoal; quando houver suspeita de ocultação patrimonial; nos casos de ação rescisória contra sentença transitada em julgado.
- 36.** De acordo com a CLT, Art. 487§ 1º, a falta do aviso prévio por parte do empregador dá ao empregado o direito:
- a.() à indenização correspondente ao valor líquido de verbas rescisórias, sem direito à integração do aviso no tempo de serviço.
- b.() ao recebimento de saldo de salário proporcional, desvinculado da contagem do aviso prévio para fins trabalhistas.
- c.() à compensação financeira limitada a metade do valor do aviso prévio, sem alteração na contagem do tempo de serviço.
- d.() aos salários correspondentes ao prazo do aviso, garantida sempre a integração desse período no seu tempo de serviço.
- 37.** Dos crimes contra a administração pública, define-se como **concussão**:
- a.() Dar às verbas ou rendas públicas aplicação diversa da estabelecida em lei.
- b.() Extraviar livro oficial ou qualquer documento, de que tem a guarda em razão do cargo; sonegá-lo ou inutilizá-lo, total ou parcialmente.
- c.() Modificar ou alterar, o funcionário, sistema de informações ou programa de informática sem autorização ou solicitação de autoridade competente.
- d.() Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida.
- 38.** Dos crimes contra a administração pública, **excesso de exação** é caracterizado por:
- a.() Se o funcionário exige tributo ou contribuição social que sabe ou deveria saber indevido, ou, quando devido, emprega na cobrança meio vexatório ou gravoso, que a lei não autoriza.
- b.() Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio.
- c.() Inserir ou facilitar, o funcionário autorizado, a inserção de dados falsos, alterar ou excluir indevidamente dados corretos nos sistemas informatizados ou bancos de dados da Administração Pública com o fim de obter vantagem indevida para si ou para outrem ou para causar dano.
- d.() Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.
- 39.** O Regime Jurídico dos Servidores Públicos do município de Igarassu discorre que ao entrar em exercício, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório por período de 03 (três) anos, durante o qual a sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação, observados os seguintes fatores:
- a.() assiduidade eventual; disciplina técnica; desempenho acadêmico; frequência em cursos de atualização; participação em programas de estágio supervisionado.
- b.() comportamento ético; integração social; contribuição para o planejamento estratégico; envolvimento em projetos externos; observância de diretrizes políticas.
- c.() assiduidade; disciplina; capacidade de iniciativa; produtividade; responsabilidade no desempenho das atribuições do cargo.
- d.() pontualidade; eficiência administrativa; flexibilidade funcional; cumprimento de metas institucionais; assunção de encargos superiores ao cargo.
- 40.** De acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados, Art. 12, os dados anonimizados não serão considerados dados pessoais para os fins desta Lei, salvo quando o processo de anonimização ao qual foram submetidos for revertido, utilizando exclusivamente meios próprios, ou quando, com esforços razoáveis, puder ser revertido. O § 1º denota que a determinação do que seja razoável deve levar em consideração fatores objetivos, tais como:
- a.() interesse público na reversão do processo, viabilidade técnica da operação e finalidade específica do tratamento realizado pelo controlador de dados.
- b.() custo e tempo necessários para reverter o processo de anonimização, de acordo com as tecnologias disponíveis, e a utilização exclusiva de meios próprios.
- c.() complexidade do algoritmo utilizado na anonimização, valor econômico dos dados protegidos e qualificação técnica do operador responsável pelo tratamento.
- d.() proporcionalidade entre o grau de anonimização aplicado, o risco à privacidade do titular e o benefício social esperado com a divulgação das informações.
- 41.** A Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, traz o seguinte texto:
- Art. 10. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário do Estado e os Poderes Executivo e Legislativo dos Municípios manterão, de forma integrada, em sua respectiva esfera de governo, sistema de controle interno com a finalidade de:*

I- avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, a execução dos programas de governo e _____; (NR) (Redação dada pela Lei nº 14.725, de 9 de julho de 2012).

II- comprovar a legalidade e avaliar os resultados da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades das Administrações Estadual e Municipais, bem como da aplicação de recursos públicos _____; (NR) (Redação dada pela Lei nº 14.725, de 9 de julho de 2012).

III- exercer o controle das operações de _____, bem como dos direitos e haveres do Estado e dos Municípios; (NR) (Redação dada pela Lei nº 14.725, de 9 de julho de 2012).

IV- apoiar o _____ no exercício de sua missão institucional.

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do texto:

a.() I - da execução orçamentária e financeira; II - por organizações não governamentais; III - de repasses condicionados; IV - controle interno.

b.() I - da prestação de contas dos entes conveniados; II - com recursos do tesouro estadual; III - de subvenções sociais; IV - Poder Judiciário.

c.() I - da Lei de Responsabilidade Fiscal; II - mediante convênios firmados; III - de transferências voluntárias; IV - Ministério Público.

d.() I - dos orçamentos do Estado e dos Municípios; II - por entidades de direito privado; III - crédito, avais e garantias; IV - controle externo.

42. A Lei Geral de Proteção de Dados, Art. 42, aponta que o controlador ou o operador que, em razão do exercício de atividade de tratamento de dados pessoais, causar a outrem dano patrimonial, moral, individual ou coletivo, em violação à legislação de proteção de dados pessoais, é obrigado a repará-lo. A fim de assegurar a efetiva indenização ao titular dos dados, os controladores que estiverem diretamente envolvidos no tratamento do qual decorreram danos ao titular dos dados respondem solidariamente, salvo nos casos de exclusão previstos no art. 43 desta Lei. O § 2º, sobre o tema proposto, discorre que o juiz, no processo civil, poderá inverter o ônus da prova a favor do titular dos dados quando, a seu juízo, for:

a.() necessário à demonstração do nexo causal entre o dano e a conduta do controlador, mediante apuração técnica do incidente de segurança.

b.() verossímil a alegação, houver hipossuficiência para fins de produção de prova ou quando a produção de prova pelo titular resultar-lhe excessivamente onerosa.

c.() caracterizada a responsabilidade objetiva do agente de tratamento, com prova cabal da ocorrência de vazamento de dados sensíveis.

d.() evidenciado o dolo específico do operador e esgotadas as tentativas de produção de prova pelas vias administrativas previstas na lei.

43. O Art. 19 da Lei 14133/2021, disserta sobre os órgãos da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos. O § 3º versa que nas licitações de obras e serviços de engenharia e arquitetura, sempre que adequada ao objeto da licitação, será preferencialmente adotada:

a.() Modelagem da Informação da Construção (*Building Information Modelling - BIM*) ou tecnologias e processos integrados similares ou mais avançados que venham a substituí-la.

b.() Metodologia de controle físico-financeiro baseada em parâmetros referenciais constantes de sistemas oficiais de custeio e planejamento de obras públicas.

c.() Metodologia de execução baseada na Análise do Valor Agregado (*Earned Value Analysis - EVA*), conforme diretrizes do PMI.

d.() Execução contratual com acompanhamento por equipe técnica multidisciplinar e adoção de métodos construtivos constantes do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI).

44. Vícios redibitórios, no âmbito do Direito Civil, são defeitos ocultos em um bem que, ao serem descobertos, tornam-no impróprio ao uso a que se destina ou diminuem significativamente o seu valor. Se o bem foi adquirido em contrato comutativo ou em doação onerosa, o comprador (ou o donatário) pode, em determinadas situações, exigir a rejeição da coisa (redibição) ou um abatimento no preço. Nesse contexto, a doutrina entende a Ação *Quantum Minoris* como:

a.() O direito de o alienante reter a coisa defeituosa, compensando o adquirente por meio de indenização proporcional ao dano constatado.

b.() A ação que permite ao adquirente pleitear judicialmente a substituição do bem defeituoso por outro da mesma espécie e qualidade.

c.() O direito de o comprador/donatário manter a coisa e pedir um abatimento no preço, caso o vício diminua seu valor.

d.() A possibilidade de o adquirente resolver o contrato com restituição integral do valor pago, quando o vício tornar a coisa absolutamente inútil.

45. O Art. 804 do Código Civil versa sobre a alienação de bem gravado por penhor, hipoteca ou anticrese será ineficaz em relação ao credor pignoratício, hipotecário ou anticrético não intimado.

Analisar os parágrafos, a seguir, do CC:

§ 1º A alienação de bem objeto de promessa de compra e venda ou de cessão registrada será _____.

§ 2º A alienação de bem sobre o qual tenha sido instituído direito de superfície, seja do solo, da _____, será ineficaz em relação ao concedente ou ao concessionário não intimado.

§ 3º A alienação de direito aquisitivo de bem objeto de promessa de venda, de promessa de cessão ou de _____ será ineficaz em relação ao promitente vendedor, ao promitente cedente ou ao proprietário fiduciário não intimado.

§ 4º A alienação de imóvel sobre o qual tenha sido instituída _____, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso será ineficaz em relação ao enfiteuta ou ao concessionário não intimado.

§ 5º A alienação de direitos do enfiteuta, do concessionário de direito real de uso ou do concessionário de _____ será ineficaz em relação ao proprietário do respectivo imóvel não intimado.

§ 6º A alienação de bem sobre o qual tenha sido instituído _____ será ineficaz em relação ao titular desses direitos reais não intimado.

- a.() (§ 1º) válida apenas se houver cláusula resolutiva expressa / (§ 2º) servidão aparente / (§ 3º) cessão de uso / (§ 4º) hipoteca legal / (§ 5º) concessão especial de exploração / (§ 6º) promessa de venda registrada.
- b.() (§ 1º) considerada válida perante terceiros de boa-fé / (§ 2º) vegetação nativa ou da reserva legal / (§ 3º) transferência onerosa / (§ 4º) anticrese / (§ 5º) propriedade resolúvel / (§ 6º) direito de preferência contratual.
- c.() (§ 1º) ineficaz em relação ao promitente comprador ou ao cessionário não intimado / (§ 2º) plantaçoão ou da construção / (§ 3º) alienação fiduciária / (§ 4º) enfiteuse / (§ 5º) uso especial para fins de moradia / (§ 6º) usufruto, uso ou habitação.
- d.() (§ 1º) ineficaz contra o Poder Público ou contra a União / (§ 2º) vegetação ou da cobertura arbórea / (§ 3º) promessa de arrendamento / (§ 4º) servidão administrativa / (§ 5º) uso agrícola compartilhado / (§ 6º) direito à indenização preexistente.

46. A Teoria Geral do Direito Constitucional tem como objeto central a análise da Constituição como norma suprema, seus princípios estruturantes, direitos fundamentais e mecanismos de garantia. No Brasil, ela se desenvolve em diálogo com:

- a.() o positivismo sociológico, a separação rígida dos Poderes e a prevalência da vontade geral. As principais bases teóricas para o tema são Émile Durkheim (coerção social), Jean-Jacques Rousseau (contrato social) e Carl Schmitt (soberania do legislador).

- b.() o neoconstitucionalismo, o ativismo judicial e os desafios de um Estado Democrático de Direito em transformação. As principais bases teóricas para o tema são Hans Kelsen (Teoria Pura do Direito), Konrad Hesse (Força Normativa da Constituição) e Luís Roberto Barroso (Neoconstitucionalismo no Brasil).

- c.() o constitucionalismo liberal, a autolimitação estatal e o princípio da supremacia do Parlamento. As principais bases teóricas para o tema são John Locke (Estado limitado), Jeremy Bentham (utilitarismo normativo) e Otto Mayer (função administrativa da Constituição).

- d.() o institucionalismo jurídico, a hermenêutica tradicional e a neutralidade axiológica das normas. As principais bases teóricas para o tema são Raymond Carré de Malberg (teoria do Estado), Rudolf Smend (integração social) e Norberto Bobbio (positivismo descritivo).

47. O mandado de injunção, previsto no art. 5º, LXXI, da Constituição Federal, é um instrumento de controle concreto de constitucionalidade que visa suprir omissões normativas que inviabilizem o exercício de direitos fundamentais. A partir da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e da doutrina contemporânea, esse remédio constitucional passou a ser interpretado como:

- a.() uma ação constitucional voltada à formulação de políticas públicas nos casos em que a ausência de norma infraconstitucional afete o funcionamento de órgão estatal ou entidade autárquica, conforme o modelo objetivo de controle concentrado.
- b.() um mecanismo de proteção de direitos sociais não autoaplicáveis, cuja finalidade precípua é obrigar o Poder Legislativo a editar a norma faltante por meio de ordem judicial, vinculando a decisão à eficácia *ex nunc* até a superveniência da norma.
- c.() um sucedâneo da ação civil pública, destinado a reparar omissões administrativas que afetem o patrimônio público e a moralidade, mediante decisão com efeitos vinculantes e *erga omnes*, nos moldes do controle abstrato por via incidental.
- d.() um meio de viabilizar, de forma direta ou indireta, o exercício de direitos, liberdades ou prerrogativas constitucionais, sempre que a ausência de norma regulamentadora torne inviável seu gozo pleno, sendo cabível tanto para normas constitucionais de eficácia limitada quanto para normas programáticas com eficácia suspensa por inércia legislativa.

48. Sobre os Crimes contra a Administração Pública, e suas caracterizações legais, atente-se aos itens:

I - Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida.

II - Deixar o funcionário, por indulgência, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo ou, quando lhe falte competência, não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente.

III - Se o funcionário exige tributo ou contribuição social que sabe ou deveria saber indevido, ou, quando devido, emprega na cobrança meio vexatório ou gravoso, que a lei não autoriza.

IV - Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário.

Indique a alternativa que nomeie, corretamente, as definições:

- a.() Concussão (I). Condescendência criminosa (II). Excesso de exação (III). Advocacia administrativa (IV).
- b.() Corrupção passiva (I). Prevaricação (II). Excesso de poder (III). Tráfico de influência (IV).
- c.() Excesso de exação (I). Omissão de dever funcional (II). Coação no curso do processo (III). Usurpação de função pública (IV).
- d.() Improbidade administrativa (I). Cumplicidade funcional (II). Exação tributária (III). Patrocínio ilegítimo (IV).

49. De acordo com a Consolidação das Leis Trabalhistas, Art. 130 - Após cada período de 12 (doze) meses de vigência do contrato de trabalho, o empregado terá direito a férias, na seguinte proporção:

- a.() 30 dias corridos, quando não houver faltado ao serviço mais de 5 vezes; 24 dias corridos, quando houver tido de 6 a 14 faltas; 18 dias corridos, quando houver tido de 15 a 23 faltas; 12 dias corridos, quando houver tido de 24 a 32 faltas.
- b.() 30 dias corridos, quando o número de faltas não exceder 6 dias; 24 dias corridos, quando as ausências forem entre 7 e 15 dias; 18 dias corridos, quando houver de 16 a 22 faltas; 12 dias corridos, quando as faltas totalizarem entre 23 e 30 dias.
- c.() 30 dias corridos, com até 5 faltas injustificadas; 24 dias corridos, se houver de 6 a 13 ausências; 18 dias corridos, para o caso de 14 a 21 faltas; 12 dias corridos, no caso de 22 a 29 faltas ao serviço.
- d.() 30 dias corridos, caso o empregado falte até 5 vezes; 24 dias corridos, para ausência entre 6 e 12 vezes; 18 dias corridos, para faltas entre 13 e 22 dias; 12 dias corridos, quando as faltas atingirem de 23 a 31 dias corridos.

50. O Código do Processo Civil Brasileiro detona, no Art. 496, que está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal, a sentença (inciso II), que julgar procedentes, no todo ou em parte, os embargos à execução fiscal. Nos casos previstos neste artigo, não interposta a apelação no prazo legal, o juiz ordenará:

- a.() a intimação da parte vencedora para manifestação, e, após, a abertura de novo prazo para o Ministério Público se manifestar.
- b.() a remessa dos autos ao tribunal, e, se não o fizer, o presidente do respectivo tribunal avocá-los-á.
- c.() a reabertura do prazo para apelação em favor da Fazenda Pública, como medida de preservação do interesse público.
- d.() a suspensão da eficácia da sentença até que se esgotem os prazos recursais das demais partes envolvidas na lide.